



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Política Social - fundamentos histórico-teóricos, análise, avaliação e financiamento

A assistência estudantil a partir dos Encontros Nacionais EJA-EPT (PROEJA) de 2018 a 2024

Renata Venturim Bernardino ¹

Resumo: Este artigo apresenta um estudo exploratório sobre a assistência estudantil para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Federal. O objetivo é refletir sobre os sentidos da assistência estudantil que emergem dos Encontros Nacionais EJA-EPT (PROEJA) realizados de 2018 a 2024. Foi adotada a pesquisa bibliográfico-documental com abordagem qualitativa. O referencial teórico-metodológico está fundamentado no materialismo histórico-dialético, tomando por base teorias histórico-críticas. O estudo aponta que a assistência estudantil oferecida pelas instituições da Rede Federal se propõe a ser uma resposta focalizada, devido às lacunas deixadas pelas políticas sociais universais, mas o fortalecimento de sua perspectiva transformadora contribui para consolidar a EJA-EPT (PROEJA).

Palavras-chave: assistência estudantil; educação profissional e tecnológica; educação de jovens e adultos.

Student assistance at the National EJA-EPT meetings (PROEJA) – 2018/2024

Abstract: This article presents an exploratory study on student assistance for the Youth and Adult Education (EJA) public in the Federal Network. The objective is to reflect on the meanings of student assistance that emerge from the National EJA-EPT Meetings (PROEJA) held from 2018 to 2024. A bibliographic-documentary research approach with a qualitative methodology was adopted. The theoretical-methodological framework is based on historical-dialectical materialism, drawing on historical-critical theories. The study indicates that the student assistance offered by the institutions of the Federal Network aims to be a focused response, due to the gaps left by universal social policies, but the strengthening of its transformative perspective contributes to consolidating EJA-EPT (PROEJA).

Keywords: student assistance; vocational and technological education; youth and adult education.

1 Introdução

Dados recentes do MEC/SASE (Brasil, 2025) apontam que mais de 70 milhões de jovens, adultos e idosos, com 18 anos ou mais, não concluíram a educação básica, de modo que o país está longe de alcançar a sua universalização.

A elevação da escolaridade e a formação profissional do público da EJA são desafios ainda atuais no país. Nos últimos 10 anos, houve regressão nas matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contudo, esta é uma alternativa importante para esse público com percursos escolares marcados pela exclusão, ou que não tiveram acesso nas faixas

¹ Graduação em Serviço Social (Ufes). Mestrado em Ciências Sociais (Ufes). Doutoranda em Educação (UFSCar). Servidora técnico-administrativa do Ifes. E-mail: renatavb@ifes.edu.br

etárias denominadas regulares, pois atrela a educação básica à formação profissional.

Observou-se um crescimento das pesquisas acadêmicas acerca da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal, mas poucas delas têm se debruçado sobre a temática da assistência estudantil (AE) voltada para este público em específico.

Diante desse contexto, neste artigo, buscou-se apresentar algumas reflexões sobre a AE para a EJA na Rede Federal a partir de falas dos participantes dos Encontros Nacionais EJA-EPT (PROEJA) realizados entre 2018 e 2024². Trata-se de uma pesquisa bibliográfica-documental, sendo que a abordagem é, predominantemente, qualitativa, com a utilização da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2002) dos materiais bibliográfico-documentais dos eventos: 52 gravações disponibilizadas nos canais do YouTube e/ou site das edições de 2020, 2021, 2023 e 2024, e 588 resumos publicados em Anais digitais disponibilizados nos sites das edições de 2019 a 2024.

O Encontro Nacional EJA-EPT (PROEJA) é um evento anual e itinerante que ocorre desde 2018 (Quadro I), impulsionado por um coletivo da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Trata-se de um importante evento educacional que conta com a participação de pesquisadores, docentes, técnico-administrativos, gestores e estudantes da RFEPCT visando à troca de experiências e debates teóricos, políticos e pedagógicos acerca da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal, de modo que foi adotada a nomenclatura EJA-EPT (PROEJA) com intencionalidade política, reafirmando nos Encontros Nacionais a defesa da EJA-EPT (PROEJA) como política de Estado. Neles, são abordadas diversas temáticas no que concerne à formação docente, ao acesso e permanência, à gestão, ao currículo, às metodologias e às questões identitárias dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA).

² Esta investigação parte das reflexões suscitadas ao longo do curso de doutorado em andamento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), na linha de pesquisa “Educação Escolar – Teorias e Práticas Críticas”. Como também, do interesse em trazer algumas reflexões que contribuam para o debate acerca da relação entre o Serviço Social e o campo da Política de Educação.

Quadro 1 – Encontros Nacionais EJA-EPT (PROEJA) – 2018 a 2024

ANO	ENCONTRO / TEMA	LOCAL	FORMATO
2018	I Encontro Nacional da EJA-EPT da Rede Federal: <i>"11 anos de EJA/EPT na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica"</i>	IFG/Goiânia/GO <u>CENTRO-OESTE</u>	Presencial
2019	II Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"Resistir é preciso! O direito à educação de jovens e adultos trabalhadores em tempos de perdas de direitos"</i>	IFPR/Londrina/PR <u>SUL</u>	Presencial
2020	III Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"Tempos de Aprendizagens – uma reflexão sobre acesso, permanência e êxito dos estudantes da EJA/EPT"</i>	IFAL/Maceió/AL <u>NORDESTE</u>	Virtual
2021	IV Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"A EJA-EPT Resiste – por uma política de oferta da formação integral e integrada"</i>	IFAM/Manaus/AM <u>NORTE</u>	Virtual
2022	V Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"15 anos da EJA-EPT – por uma política pública de fato e de direito"</i>	IFSul/Sapucaia do Sul/RS <u>SUL</u>	Presencial
2023	VI Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"Esperança é verbo na EJA-EPT – ampliar e consolidar"</i>	Colégio Pedro II/Rio de Janeiro/RJ <u>SUDESTE</u>	Presencial
2024	VII Encontro Nacional da EJA-EPT (PROEJA) da Rede Federal: <i>"Expansão da EJA Integrada à EPT na Rede Federal – tempos de disputas"</i>	IFRN/Natal/RN <u>NORDESTE</u>	Presencial

Fonte: Elaborado pela autora.

Este artigo está dividido em três seções que seguem após essa introdução. Na primeira seção, foi realizada uma breve contextualização sobre as políticas de EJA-EPT (PROEJA) e da política de AE no capitalismo contemporâneo e do neoliberalismo. Na segunda seção, foram apresentadas algumas reflexões acerca da AE na Rede Federal a partir dos materiais bibliográfico-documentais dos Encontros Nacionais de 2018 a 2024. Por fim, foram traçadas as considerações finais.

2. A política de EJA-EPT e da assistência estudantil no contexto do capitalismo contemporâneo e do neoliberalismo

As políticas de EJA-EPT no país estão vinculadas a processos societários que particularizam a sociedade de classes, permeada pela contradição entre capital e trabalho, e a política de AE é necessária para sujeitos em vulnerabilidade socioeconômica como a maioria do público da EJA-EPT (PROEJA) marcada pela negação de direitos.

Na sociedade brasileira está presente, historicamente, a dualidade estrutural, instituída pela natureza do capitalismo, que se reflete na educação brasileira com tipos diferentes de formações para classes sociais distintas de acordo “com o papel a elas destinado na divisão social e técnica do trabalho” (Kuenzer, 2005, p. 84). O aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais ocorreu com o regime de

acumulação flexível, que trouxe uma nova sociabilidade do capital e uma nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo (Antunes, 2020), e a pandemia de COVID-19 intensificou a precarização da classe trabalhadora (Antunes, 2018).

As políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito (Behring; Boschetti, 2016), mas são atravessadas “pelas forças e lutas sociais que condicionam a articulação das exigências econômicas e dos processos em cada conjuntura” (Faleiros, 1991, p. 57). Ainda que a educação seja “tanto uma obrigação do Estado democrático, quanto uma premissa para o desenvolvimento humano” (Mello; Moll, 2020, p. 10), ela é um instrumento de manutenção da estrutura social capitalista, sendo que não há igualdade na apropriação dos conhecimentos objetivos produzidos historicamente (Cury, 2002; Almeida, 2018). Persistem as desigualdades, além das contradições próprias do capitalismo periférico/dependente, como o brasileiro, que impedem a efetivação da cidadania democrática e participativa para os mais pobres (Ferreira, 2019).

A EJA e a EPT tiveram trajetórias diferentes no Brasil, mas seus propósitos se inter cruzaram no início do século XXI, por meio de políticas de EJA-EPT, em um contexto de neoliberalismo. Essas políticas no Brasil passaram por fases de ascensão, estagnação e silenciamento, sendo que há disputas em curso na definição de políticas de formação para a classe trabalhadora (Andrighetto; Maraschin; Ferreira, 2021).

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), estabelecido pelo Decreto nº 5.840/2006 (Brasil, 2006), que revogou o Decreto nº 5.478/2005, foi o primeiro programa destinado à integração EJA-EPT na perspectiva da formação humana e integral. O seu Documento Base (Brasil, 2007) remete à dimensão de perenidade, ou seja, à “sua consolidação para além de um programa, sua institucionalização como uma política pública” (Ibid., p. 13). Seu objetivo principal é ser uma “política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio” (Ibid., p. 30).

Apesar de se propor romper com a lógica de programas imediatistas e fragmentados centrados no mercado de trabalho, Zen (2021) aponta que ainda persiste o desafio de superar o hiato que separa as intenções prescritas e a efetiva materialização deste programa na Rede Federal, *lócus* especial de implementação do PROEJA. Ainda

que traga a marca de uma política de inclusão social, contraditoriamente, esse programa se caracteriza por ser focalista e compensatório. Para Nóbile (2022), a implementação do PROEJA como política é um processo que requer fortalecer, de dentro das instituições da RFEPCT, a sua institucionalidade com controle social ou institucional.

O PROEJA teve indução pela SETEC/MEC e a preocupação com a questão da evasão nesses cursos já existia desde os anos 2007 e foi implementado o “Projeto de Inserção Contributiva” para que as instituições da Rede Federal realizassem o acompanhamento e propusessem ações para reduzir a evasão (Castro; Barbosa, 2015), sendo que, nesse momento, já se começava a pensar sobre o auxílio estudantil.

Com a criação dos Institutos Federais e instituição da RFEPCT pela Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008), foram ampliadas as ofertas de cursos PROEJA. No entanto, a partir de 2012, foram descontinuadas as ações indutoras. Principalmente no contexto de governos conservadores, de 2016 a 2022, acentuou-se a regressão das matrículas.

Apesar de a lei estabelecer como um dos objetivos dos Institutos Federais “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos” (Brasil, 2008), há um alto índice de evasão nos cursos PROEJA em toda a Rede Federal (Albuquerque et al., 2021) e apenas o IFG³ atingiu a Meta 10⁴ do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

As políticas de educação são estratégias de intervenção do Estado para assegurar as condições necessárias para a sua produção e reprodução do capital (Prada; Garcia, 2016). Ela é mediada pelas contradições inerentes à relação entre capital e trabalho e isso reflete nas políticas de AE. Estas últimas têm respondido, sobretudo, a requisitos socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, incluindo a EJA, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões da sociedade civil (Abreu, 2019).

³ Instituto Federal de Goiás.

⁴ A Meta 10 do PNE 2014-2024 estabelece que deve ser ofertado, no mínimo, 25% das matrículas da EJA, nos ensinos fundamental e médio, de forma integrada à educação profissional até o ano de 2024 (Brasil, 2014).

Na Rede Federal, elas decorrem da institucionalização da PNAES⁵ para a AE nas Instituições Federais de Ensino Superior do país (Prada, 2016). Essa política foi instituída pelo Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010) e consolidada mais recentemente pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024). Esta última representou um marco significativo, pois visa ampliar e garantir as condições de permanência e êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de Educação Profissional e Tecnológica, principalmente aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica para democratizar o acesso à educação pública federal, minimizar desigualdades sociais e regionais, reduzir taxas de retenção e evasão e melhorar o desempenho acadêmico e a inclusão social dos estudantes⁶.

Para alguns autores, a AE tem sido uma resposta focalizada. Isso se deve ao esgotamento da capacidade de atendimento das demais políticas sociais ou das lacunas deixadas pelas políticas sociais universais (Ribeiro et al., 2025). Diante da lógica eminentemente emergencial e imediatista, a focalização da política faria perder a perspectiva de pensar a AE como um direito social (Dutra; Santos, 2017), principalmente quando centrada no gerencialismo (Férriz; Almeida, 2019).

Prada (2022) aponta que a AE é um programa no interior da política social de educação, no âmbito político de disputa política e ideológica, que ainda precisa de legitimação, institucionalização e fortalecimento. Ou seja, articulado a outros programas e estruturas fundamentais para a promoção do desenvolvimento acadêmico⁷.

⁵ Apesar de a PNAES ser uma política de âmbito federal, sua execução é descentralizada e cada instituição tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, conforme as suas necessidades e especificidades locais, e criar sua política de Assistência Estudantil. No geral, forma-se uma equipe com multiprofissionais para compor o setor de Assistência Social, que abarca ações de apoio pedagógico, social, psicológico e de proteção à saúde (Brasil, 2024).

⁶ Entre os programas que compõem a PNAES está o Programa de Assistência Estudantil destinado a estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais. Segundo a Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), suas ações estão direcionadas para os benefícios diretos aos estudantes, incluindo moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, atendimento pré-escolar a dependentes, apoio pedagógico, acesso, participação, aprendizagem e acompanhamento pedagógico de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades e superdotação e beneficiários de políticas de ação afirmativa estabelecidas na legislação.

⁷ Como o acesso a bibliotecas, ginásios, inclusão digital, restaurantes, transporte público, salas de aula equipadas e laboratórios, necessários ao ensino, à pesquisa e à extensão, dentre outros (Prada, 2022).

3. Reflexões acerca da assistência estudantil para a EJA-EPT (PROEJA) que emergem nos Encontros Nacionais

Nas falas de docentes, técnico-administrativos, gestores, palestrantes convidados, pesquisadores e estudantes que participaram dos Encontros Nacionais realizados de 2018 a 2024, a AE na Rede Federal está associada ao sentido do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA).

Em algumas falas dos profissionais da educação, inclusive de assistentes sociais dos Institutos Federais, foi destacada a necessidade de superar práticas assistencialistas, fortalecendo a política de AE e as ações da equipe de AE voltadas para o acesso e a permanência da EJA-EPT (PROEJA). Isso envolve uma *comunicação eficiente para o acesso às ações informações que permita a inclusão social desses sujeitos*, além de ações alinhadas à PNAES para a promoção da *equidade real na experiência acadêmica*, considerando as necessidades desses estudantes, como expresso nos fragmentos constantes no Quadro 2.

Quadro 2 – Ações da equipe de AE para o acesso e a permanência dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA)

“[...] Verificar, dentre outros aspectos, como a assistência estudantil contribui para o processo formativo do estudante do Proeja e, mediante a discussão de suas potencialidades e desafios, indicar possíveis estratégias no intuito do seu aprimoramento. Após a escuta dos sujeitos, será elaborado um podcast para a assistência estudantil (AE-Cast), com o objetivo de ampliar a comunicação, facilitar o acesso às ações da assistência estudantil, bem como aproximá-la dos sujeitos do Proeja, mediante a discussão de temas de interesse dos estudantes [...]. O podcast é uma mídia de transmissão de informação, ou seja, as informações podem ser acessadas a qualquer momento, mediante acesso a um site onde está hospedado o podcast e pode ser escutado mediante acesso às plataformas de música ou em aplicativos agregadores de podcast [...]. Portanto, esse podcast pode contribuir para a inclusão social dos sujeitos historicamente excluídos com direito à educação pública e de qualidade.” (OLIVEIRA, Alessandro Zardini de; FERREIRA, Maria José de Resende. Mestrando/Assistente Social e docente do IFES. Anais digitais do 3º Encontro Nacional 2020)

“[...] A percepção dos estudantes aponta que, além do suporte financeiro, a Política de Assistência Estudantil deve considerar as necessidades individuais dos estudantes trabalhadores que retomam para a escola após longos períodos de afastamento. Este aspecto é fundamental para promover uma equidade real na experiência acadêmica, pois eles apontam para a necessidade de considerar uma comunicação eficiente quanto às inscrições nos diversos outros Programas da Assistência Estudantil, ajustes adequados para a participação de estudantes trabalhadores e simplificação do processo de inscrição.” (SOUZA, Gismar Schilive de; MILLIORIN, Cristiane; MILCAREK, Luciana. Docente e Técnica em Assuntos Educacionais do IFPR. Anais digitais do 7º Encontro Nacional 2024)

Fonte: Elaborado pela autora

São relatadas experiências de atividades cooperativas e integradoras para os cursos EJA-EPT (PROEJA), baseadas na transversalidade do cuidado integral e no acolhimento de estudantes desses cursos que têm envolvido as equipes da AE, como foi o caso do IFSul Rio-Grandense - *Campus Sapucaia do Sul*, do IFSul de Minas - *Campus Pouso Alegre*, do IFAL - *Campus Murici* e do IFRS - *Campus Restinga*.

Destaca-se que as políticas de AE são importantes para a construção de vínculos afetivos, tendo em vista as trajetórias de vida destes estudantes, marcadas por discriminações, exclusões e estigma, bem como por desigualdades materiais e culturais.

Em diferentes instituições da Rede Federal foram destacadas ações desenvolvidas no contexto de auge da pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021, de modo que, com o distanciamento social, foi preciso construir espaços de escuta e estratégias de suporte para manter e estreitar os laços com esses estudantes e o encaminhamento de possíveis casos de vulnerabilidade socioeconômica à equipe da AE. Assim como apontam os estudos de Prada, Costa e Bertollo-Nardi (2021), em meio à pandemia e agudização da pobreza, a AE se revelou como fundamental para a continuidade das atividades acadêmicas e a permanência durante o período de implementação do ensino remoto e das atividades pedagógicas não presenciais.

Diferentes profissionais da educação da Rede Federal têm destacado que a política de AE deve ser uma pauta obrigatória em qualquer tempo histórico, pois o acesso aos programas de AE é uma das condições necessárias para garantir a permanência e a redução da evasão dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA). Como também, a importância da equipe multiprofissional da AE (composta por assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, enfermeiros, técnicos em enfermagem, médicos, dentistas, entre outros) ter um perfil comprometido e com um olhar mais ampliado para com o público da EJA-EPT (PROEJA), como é possível verificar no fragmento que consta no Quadro 3.

Quadro 3 – Perfil da equipe de multiprofissionais da AE

“[...] Os programas de assistência estudantil para os estudantes, previstos na PNAES, precisam de recursos humanos dedicados à compreensão da realidade tão específica desses estudantes para a construção de instrumentos que possibilitem melhor eficiência e eficácia das ações previstas, uma vez que as bolsas oferecidas e os encaminhamentos realizados não dão conta de resolver as questões psicossociais enfrentadas e, conseqüentemente, reduzir a evasão deste público.” (PEREIRA, Cinthia de Andrade. Assistente Social do Colégio Pedro II. Anais digitais do 7º Encontro Nacional 2024)

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de não ter sido detalhado como o trabalho da equipe de AE tem sido realizado, nota-se que suas ações são diversificadas conforme a realidade de cada instituição e são atravessadas por contradições, mas se inscrevem no conjunto das lutas sociais pelo reconhecimento e ampliação da educação pública como um direito social.

Nos Encontros Nacionais de 2018 e 2020, foi destacada a limitação orçamentária destinada à AE, principalmente com os cortes orçamentários no governo Bolsonaro (2019-2022), foi apontado como um grande obstáculo para a efetivação da política de AE diante da austeridade fiscal e conservadorismo político, assim como destacou Prada (2022). Nos Encontros Nacionais de 2023 e 2024, foi ressaltada a necessidade de haver *rubrica específica para ações de assistência estudantil EJA-EPT na Rede Federal e a garantia de programas específicos* destinados a este público com ações integradas, inclusive estabelecendo redes de apoio e articulações com a comunidade do entorno e as organizações da sociedade civil.

Torna-se necessário o fortalecimento da perspectiva transformadora da AE visando a contribuir para a consolidação da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal. Isso remete aos estudos de Brito (2022) de que a AE, enquanto política de permanência estudantil e também de formação humana integral, precisa atuar com os estudantes por meio de aproximações do trabalho educativo, baseada na perspectiva freiriana (Freire, 1996) com o respeito à dignidade e à autonomia e voltada para a emancipação humana.

4. Considerações finais

Por meio deste artigo, pretendeu-se apresentar algumas reflexões sobre os sentidos da AE suscitados das falas dos participantes dos Encontros Nacionais EJA-EPT (PROEJA) realizados de 2018 a 2024.

A AE tem sido entendida como fator fundamental para garantir o acesso mais equitativo e reduzir a evasão dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal. São explicitados os desafios impostos como os cortes orçamentários na AE advindos das políticas de austeridade brasileiras implementadas pelo governo de Michel Temer, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, e agudizada no governo de Jair Bolsonaro, em um contexto de recrudescimento dos ideários neoliberais, precarização das políticas sociais e redução de investimentos públicos na educação e em programas sociais como a PNAES.

Foi destaca do que muitas ações executadas no período pandêmico, realizadas entre os anos de 2020 e 2021, tiveram êxito devido ao esforço institucional, incluindo as ações integradas e o envolvimento da equipe de AE. Contudo, acredita-se que as equipes multiprofissionais de AE da Rede Federal precisam ser fortalecidas e

terem mais envolvimento com os estudantes da EJA-EPT (PROEJA).

Apesar de não ter sido aprofundada a discussão sobre a AE voltada para a EJA-EPT (PROEJA), ressaltou-se o dever do Estado de garantir a educação, entre outros direitos sociais, porém, os programas de AE ainda são pontuais e há insuficiência orçamentária para a implementação da PNAES. Ainda que a AE não se limite às ações desenhadas pela PNAES, é necessária a legitimação da AE como uma política de permanência estudantil, como aponta Prada (2022), sendo que, como aponta Ribeiro et al. (2025), a proteção social mais ampliada para os estudantes exige a integração intersetorial, com a articulação entre diferentes políticas sociais.

A AE favorece a democratização da educação, mas outros fatores mais amplos interferem no acesso, na permanência e no êxito dos estudantes da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal. Nesse sentido, não há uma relação determinista de causa e efeito entre a PNAES e a evasão, por exemplo, pois o binômio permanência-êxito é mais complexo. A perspectiva ampliada da AE extrapola a assistência material (como alimentação, moradia e transporte) e incluem estratégias de apoio acadêmico, como a promoção à saúde, o apoio pedagógico e psicológico, o incentivo ao lazer e cultura, ações articuladas ao ensino, pesquisa e extensão, entre outras.

Dentro das instituições da Rede Federal, a AE tem se revelado uma resposta focalizada. Ainda que a PNAES não tenha a finalidade de transferir renda, muitos estudantes utilizam o recurso do auxílio estudantil como fonte de sobrevivência para si e para suas famílias. Na perspectiva dialética, a AE não se trata de uma benemerência da instituição ou do governo, e precisa ser superada a sua concepção assistencialista, tanto por parte da instituição como por parte dos estudantes que buscam por ela.

Por fim, a política de contingenciamento e subfinanciamento da AE, os cortes no orçamento da PNAES e a falta de profissionais suficientes e qualificados para as equipes de AE afetam diretamente a qualidade e a quantidade de apoio oferecido aos estudantes. Contudo, torna-se necessário ampliar e aprofundar o debate acerca dos enfrentamentos a serem realizados para a efetivação de uma AE ampliada que abarque as particularidades locais e contribua para o fortalecimento da EJA-EPT (PROEJA) na Rede Federal pela defesa da formação humana integral da classe trabalhadora.

Referências

- ABREU, Edna M. C. **O Serviço Social na educação profissional e tecnológica: principais requisições e funções dos assistentes sociais nos Institutos Federais de Educação.** In: FÉRRIZ, Adriana F. P.; BARBOSA, Mayra de Q. (Org). *Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação.* Salvador-BA: EDUFBA. 2019, p. 75-93.
- ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. et al. **A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional - uma análise das estratégias da meta 10 do Plano Nacional de Educação.** Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: Estratégias do Plano Nacional de Educação I. Brasília-DF: Inep, v. 5, 2021.
- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **A política de educação, impactos da contrarreforma do Estado e a desconstrução dos direitos sociais.** In: CFESS. 5º Encontro Nacional Serviço Social e Seguridade Social. Brasília-DF, 2018, p. 62-73.
- ANDRIGHETTO, M. J.; MARASCHIN, M. S.; FERREIRA, L. S. **Políticas de EJA EPT no Brasil: ascensão, estagnação e silenciamento.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Araraquara-SP, v. 16, n. 3, p. 2179–2198, 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronoavírus: O Trabalho Sob Fogo Cruzado.** São Paulo-SP: Boitempo, 2020, 51p.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo-SP: Boitempo, 2018. 325p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2002. 226 p.
- BEHRING, Eliane R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e História.** São Paulo-SP: Cortez, 2016. 213p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **PROEJA Ensino Médio.** Documento Base. Brasília-DF, 2007. 74 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação Intersetorial com os Sistemas de Ensino. **Documento Diagnóstico da Educação Nacional - Plano Nacional de Educação.** Brasília-DF: Editora Anpae, 2025, 290 p.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.840 de 13 de julho de 2006.** Institui, no âmbito federal o PROEJA. Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília-DF, 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial da União. Brasília-DF, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial [da] União. Brasília-DF, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diário Oficial [da] União. Brasília-DF, 2024.

BRITO, Livia M. **A política de assistência estudantil como prática educativa de formação humana integral**: uma proposta para o Instituto Federal do Espírito Santo - campus Aracruz. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Salvador-BA: UFBA/Faced. 2023, 193 f.

CASTRO, Mad'Ana Desirée Ribeiro de; BARBOSA, Sebastião Claudio. **PROEJA, Trabalho Docente e Formação de Trabalhadores**. Florianópolis: UFSC. Anais... 37ª Reunião Nacional da ANPED. 04 a 08 de outubro de 2015, 17 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa. 2002, n. 116, p. 245-262.

DUTRA, N. G. DOS R.; SANTOS, M. F. de S. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções**. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação. 2017, v. 25, n. 94, p. 148-181.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª edição. 1991, 88p.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O trabalho do/a assistente social na política de educação em tempos de gerencialismo**. In: FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira; BARBOSA, Mayra de Queiroz (Orgs). Panorama da inserção do/a assistente social na política de educação. Salvador: EDUFBA. 2019, p. 15 - 31.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KUENZER, Acácia Z. **Exclusão includente e inclusão excludente**. In: LOMBARDI, José C., SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luis [Orgs]. Capitalismo, trabalho e educação. 3.d. Campinas-SP: Autores Associados, HISTEDBR. 2005, p. 77-95.

MELLO, Rachel C. de Azevedo; MOLL, Jaqueline. **Políticas públicas em educação e a garantia do direito à educação no contexto de desigualdade social no Brasil**. Revista Perspectiva. Florianópolis-SC. 2020, v. 38, n. 2, p. 1-21.

NÓBILE, Vania do Carmo. **Avaliação da trajetória do PROEJA EMI nos Institutos Federais (2005-2020)**. Tese (Doutorado em Educação Profissional). Natal-RN: IFRN. 2022, 268 f.

PRADA, T., GARCIA, M. L. T. **A Política de Educação Brasileira e a Expansão dos Institutos Federais**. Perspectivas em Políticas Públicas. 2016, v. 9, n. 1, p. 19-51.

PRADA, T.; COSTA, P.M.; BERTOLLO-NARDI, M. **Covid-19 e a contribuição da assistência estudantil para a permanência acadêmica**. Cadernos Cajuína. 2021, v. 6, n. 3, p. 128-144.

PRADA, Talita. **Da invisibilidade à transparência: o gasto público em assistência estudantil em tempos de austeridade fiscal e conservadorismo político**. Tese (Doutorado em Política Social). Vitória/ES: UFES/CCJE/PPGPS. 2022. 582 f.

RIBEIRO, M. B. de O.; SANTOS, E. H. M.; MENDES, R. de O.; BARBOSA, M. A. L.; OLIVEIRA, C. S. de S.; LOPES, F. A. S. de M. **A política nacional de assistência estudantil no Brasil: uma análise comparativa entre o decreto nº 7.234/2010 e a lei nº 14.914/2024**. Revista Serviço Social em Perspectiva. 2025, v. 9, n.2, p. 342-371.

ZEN, Eliesér Toretta. **Filosofia, práxis e formação humana no PROEJA**. 1. ed. - Curitiba: Appris. 2021. 309 p.